

Notas sobre a sociologia da religião em Max Weber

Selson Garutti*

Resumo: Max Weber acaba por se situar como um dos mais importantes intelectuais de peso no século XX, graças às suas contribuições ideológicas em contraposição ao método do materialismo histórico dos marxistas. Seus estudos acerca da economia e da religião são de grande relevância, destacando-se entre outras obras: *"Economia e Política"* e seu profícuo estudo sobre as religiões mundiais na obra *"A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo"*. Com esta base teórica, Weber acaba por enfrentar aqueles que propunham os meios de produção como sendo o único caminho capaz de condicionar a conduta humana, evitando um determinismo que o materialismo, em certa medida, impõe aos sistemas sociais.

Palavras chaves: Weber, Capitalismo, Religião

Notes on the sociology of religion in Max Weber

Abstract: Max Weber has just set himself as one of the most important intellectuals and thinkers of the 20th century, due to his ideological contributions in opposition to the Marxist's historical materialism. His studies about Economy and religion are very relevant, especially: Economy and Politics and his excellent research about worldwide religions in the book *The protestant Ethic and The Capitalism Soul*. With this rhetorical base, Weber faces those who want the production means to be the only way capable of structuring the human behavior, avoiding determinism than materialism and, in certain forms, imposing to the social systems.

Key words: Weber; Capitalism; Religion.

* Docente do Cesumar

Considerações iniciais

Max Weber dedicou boa parte de sua obra ao estudo da relação entre as religiões com suas estruturas e as religiões com as estruturas sociais e econômicas de cada grupo. Sua produção intelectual consiste num estudo multidimensional e integral, confeccionando uma análise da influência da religião nos diferentes níveis políticos, sociais, culturais, econômicos etc.

Em uma de suas obras mais conhecidas: “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, Weber busca estabelecer uma relação causal entre a ética econômica e a ética protestante, tratando de demonstrar a influência desta ética protestante na economia. Para tanto, Weber parte de uma relação entre a confissão religiosa e as estruturas sociais. Apoiando-se em estatísticas históricas, baseia-se no caráter protestante das propriedades e empresas capitalistas, assim como nas esferas superiores das classes trabalhadoras.

Tenta explicar como a maior parte da riqueza recai nos protestantes, por duas causas básicas:

1. como consequência de motivos históricos, aqui pressupondo uma riqueza hereditária;
2. porque os territórios onde se fixa a maioria dos protestantes são bem favorecidos pela natureza e pela situação geográfica.

Estabelece algumas diferenças entre os católicos e os protestantes (calvinistas)

PROTESTANTES	CATÓLICOS
Maior preocupação em formar escolas superiores e/ou de estudos técnico-industriais.	Maior preocupação em formar escolas básicas (ensinamento humanista – teológico).
Formam-se em vários ofícios e logo vão trabalhar na fábrica, aumentando assim postos sociais. (elegem a profissão como sendo vocação).	Formam-se em vários ofícios e se recolhem até chegarem a ser patrões de si mesmos.

Isto acontece, segundo Weber, em consequência de motivos históricos, políticos e sociais. Os católicos têm menor impulso aquisitivo em relação aos protestantes, preferindo levar uma vida bem segura. Já com os protestantes acontece justamente ao contrário, sendo exatamente aqui que se tem a construção do imaginário de que os católicos são “aleijados do mundo” e o entendimento do protestantismo como religião “materialista”. Weber busca aqui o nexos entre a ética protestante e o espírito capitalista em razões puramente religiosas, e não somente em questões materiais.

Biografia e formação

Os trabalhos do grande sociólogo alemão Max Weber, sobre a conexão entre os âmbitos econômico, político e ético- religiosos abriram novos caminhos para a investigação sociológica. Weber nasceu em Erfurt, Prússia, aos 21 de abril de 1864, filho de um industrial. cursou seus estudos nas Universidades de Heidelberg, Minich e Goting. Teve um considerável prestígio graças a seus primeiros livros, valendo-lhe, em 1895, a cadeira de professor de economia política na Universidade de Friburgo; depois passou a lecionar em Heidelberg. Porém, um problema de saúde o levou a abandonar a academia. Desde 1904, Weber dirigiu, junto com Sambort e Shumpeter, entre outros, a influente revista chamada *Archiv für sozialwissenschaft und socialpolitik*, onde publicou alguns dos seus mais célebres artigos. Nestes, junto com seus principais ensaios, ele delimita suas concepções básicas sobre o método básico de “tipos ideais” que regem a racionalização dos comportamentos sociais. Publicou sua mais conhecida e polemica obra: “*A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo*” (1904 – 1905). A tese desta obra consiste na vinculação do nascimento do capitalismo ao desenvolvimento da doutrina calvinista da predestinação e a consequente interpretação do êxito econômico como garantia da graça divina. Tal obra acabou sendo mais tarde ampliada pela obra “*A Ética Econômica das religiões universais*” (1915), cujo objetivo era oferecer uma visão compreensível dos mecanismos de interpretação mútua entre os sistemas de crenças e os meios econômicos e sociais.

Sua intensa atividade pública como professor universitário nos anos finais da Primeira Guerra Mundial, fez com que se desenvolvesse uma profícua participação na elaboração de uma nova constituição para a Alemanha, redigindo também vários tratados publicados posteriormente, entre os quais se podem destacar: a) Estudo sobre Sociologia da Religião (1921); b) Estudos de Metodologia (1922); c) Economia e Sociedade (1922); d) Estudos de Sociologia e Política da História Social e Econômica (1924).

Max Weber, cujo pensamento exerceu enorme influência sobre o desenvolvimento das ciências sociais, principalmente na Alemanha, morreu em Munique aos 14 de junho de 1920.

Sociologia da religião - o conflito Weberiano

Os escritos de Max Weber são especificamente importantes como fundamentos políticos e econômicos para os escritos de sociologia, os quais tratam, como pano de fundo, da questão da lentidão do desenvolvimento econômico alemão. Tomando como critério de julgamento o modelo Inglês, as décadas finais do século XIX foram, de fato, um período de evolução capitalista "madura". Isto porque por volta de 1850 a Inglaterra já estava industrializada. Desta forma, muitos sociólogos, quando tratam de forma genérica do conceito de capitalismo do século XIX, têm em mente o caso da Inglaterra, tratado como exemplo do desenvolvimento capitalista. Mas o problema que Weber quer tratar está na questão de que a Alemanha só se industrializa apenas no final de século XIX, processo que se deu sem a ocorrência de nenhuma revolução burguesa e na articulação de um processo de centralização político assegurado pelo imperialismo militar prussiano.

O interesse de Weber pelo modo de produção capitalista nascente, com suas pressuposições e conseqüências, no interior de seus escritos, tem que ser entendido como decorrência da preocupação com as características dos problemas específicos relativos à sociologia alemã nas primeiras fases de seu desenvolvimento industrial. Em suas observações mais gerais contém uma apreciação sobre o declínio da posição econômica dos grandes proprietários, e isso constitui um elemento central no seu pensamento político como um todo. A estrutura agrária, ainda com os traços feudais desenvolvidos no Leste, a qual era a base da economia da Prússia, teria que necessariamente dar lugar ao capitalismo comercial.

Weber, ao analisar tal situação, conclui que nem a hegemonia preexistente dos *Junker* nem a sua posição declinante poderiam ser explicadas em termos estritamente econômicos. As propriedades dos *Junker* não se fundavam simplesmente na exploração econômica do campesinato, mas se constituíam em esferas de dominação política, enraizadas em relações fortemente definidas e tradicionais de mando e submissão. Assim, os *Junker*, através de seu poder tradicionalista, deu a base de sustentação para as boas realizações dos sucessos militares da Prússia e suas façanhas políticas na Alemanha. Com isso, os *Junker* deram condições para que outras forças políticas se implantassem na Alemanha, vindo a derrotá-los posteriormente.

Com esse movimento político, pela primeira vez a Alemanha se tornou um Estado unificado, um Estado poderoso da Europa Central, sendo que agora sua unidade e desenvolvimento só poderiam ser mantidos através de um processo de industrialização. Apenas um Estado industrializado poderia esperar se igualar em força aos outros países do Ocidente. Somente assim, os alemães teriam condições e recursos para enfrentar a maior ameaça do Leste Europeu, a Rússia.

Weber estabelece uma discussão localizada geograficamente, delimitando os espaços produtivos, afirmando que para a Alemanha, todas as questões fatais de políticas econômicas e sociais e de interesse nacional estariam intimamente associadas a esse contraste entre a sociedade rural do Leste e a do Oeste, e ao seu processo de desenvolvimento atual, e principalmente posterior.

Enquanto os marxistas buscavam interpretar o caráter cambiante do Leste agrário quase apenas em termos econômicos, Weber vislumbrava uma intrincada influência recíproca das relações econômicas, políticas e ideológicas. Assim, dando uma explicação à emigração dos trabalhadores das propriedades fundiárias, acabou rejeitando as concepções segundo as quais isso poderia ser explicado pela referência a considerações puramente econômicas; a força motriz geradora de movimentos imediatos era, primeiramente uma noção generalizada de liberdade, a qual foi conquistada a partir dos laços restritivos do trabalho servil.

Neste contexto, Weber trabalha, na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, combinações para projetar, em um âmbito geral, vários dos problemas implicados em sua forma de conceber e interpretar as questões agrárias e de seu relacionamento com a política alemã. Weber não está contra o materialismo histórico, apenas está assumindo uma linha emergente do racionalismo, mais exatamente, tanto em relação à estrutura social alemã quanto no que diz respeito a um plano intelectual mais geral, construindo uma direção em uma perspectiva que atravessa as concepções típicas incorporadas pelo marxismo.

A posição teórica de Weber, tal como foi elaborada durante o período de 1904-1905, apoiava-se fortemente nas bases metodológicas de Rickert e na dicotomia entre fato e valor, que se tornaria uma das correntes filosóficas posteriores. Utilizando-se dessa dicotomia, acabou formulando uma crítica metodológica tanto ao idealismo quanto ao marxismo, considerando-os esquemas gerais aplicados à história, no âmbito da ação política, embasando assim sua rejeição à social-democracia como representante de uma fusão ilegítima de reivindicações éticas e políticas.

Max Weber, em suas apreciações a respeito das características específicas do desenvolvimento econômico e político da Alemanha, concordava com alguns

elementos da análise marxista tradicional da ideologia religiosa, mas rejeitava completamente o materialismo histórico “unilateral”, que não lhe conferia nenhuma influência positiva ao conteúdo simbólico das formas específicas do sistema religioso de crença. Desta forma, acreditava que tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Luterana, nos países europeus, fossem forças conservadoras que mais mantinham o *status quo* do que promoviam alguma mudança ou revolução.

Não obstante, encontrou no calvinismo um impulso religioso que não se consolidava nos moldes conservadores de então, pelo contrário, trazia em seu interior forças revolucionárias. É claro que o luteranismo representou fundamental avanço em relação ao catolicismo pela promoção da penetração da ética religiosa na sanção do trabalho racional como “vocação”. Apesar disto, a Reforma em si mesma não representava uma ruptura radical com o tradicionalismo religioso. Tanto o luteranismo quanto o catolicismo, como um todo, atuavam como organismos de apoio aos camponeses, por ainda carregarem em seu interior um modo conservador e controlador de vida, contra uma crescente cultura urbana racionalista de dominação.

Em seu corpo doutrinal, as duas denominações consideravam os laços pessoais da relação entre senhores e servos como norteadores das relações de controle social e religioso, usando a questão ética como cooperadora e controladora das relações aí construídas. Esse senso traça uma característica fundamental entre catolicismo e luteranismo, em detrimento do calvinismo, fortalecendo ainda mais as relações anticapitalistas das igrejas européias. Assim, numa busca pela identificação de um vínculo histórico entre o calvinismo e o capitalismo racional moderno, Weber traz à tona as circunstâncias históricas do caso alemão.

O calvinismo acaba por se tornar um marco referencial que sanciona o “ascetismo neste mundo”, rompendo com o tradicionalismo que tinha caracterizado as forças econômicas anteriores. A Alemanha passou a experimentar pela primeira vez uma revolução religiosa dos tempos modernos, sendo que o luteranismo acabou não sendo uma ruptura com o tradicionalismo capaz de gerar o impulso ético que poderia apoiar o capitalismo moderno.¹

Esses elementos acabaram por se confrontar com a análise marxista da “ideologia” e da “superestrutura”, sendo inevitável que tal controvérsia sobre a ética protestante se pautasse nas idéias do processo do desenvolvimento histórico. Em última análise, a concepção weberiana rompia com a análise do materialismo histórico, segundo o qual os sistemas de idéias poderiam ser em quaisquer circunstâncias reduzidos aos fatores econômicos. Para Weber, a verdade estava no fato de que não havia nenhuma linha unilateral de relacionamento entre os fatores “materiais” e as “idéias”.²

A chave de leitura nos escritos de Weber consiste na ênfase dada à influência dos elementos “políticos” em oposição aos elementos “econômicos”; chave esta que iria dar condições de reconhecimento de que as duas teorias mais significativas de sociologia política originadas na primeira metade do século XIX – o liberalismo e o marxismo – acordavam no fato de minimizarem as influências do Estado.

Os marxistas entendiam o elemento político como um elemento secundário, até admitindo a importância do Estado no escopo capitalista, mas esse elemento era entendido como expressão de assimetria dos interesses de classe, portanto, como forma social que desapareceria quando a sociedade de classes fosse superada pelo socialismo.

Weber entendia que o único meio de o Partido (SPD) adquirir poder era o sistema eleitoral. Entretanto, quanto mais o partido era bem-sucedido por essa via, de acordo com sua análise, mais era forçado a se tornar um partido burocratizado, de “massas”, integrando-se aos mecanismos engendrados pelo Estado, sem contrapor-lhe nenhuma alternativa. Rejeitou os liberais de esquerda por razões similares. O liberalismo ao estilo de 1848, segundo Weber, estava obsoleto, no contexto do período pós-unificação na Alemanha. Os pressupostos contidos na perspectiva dos liberais de esquerda consistiam em minimizar o poder político pela plena extensão dos direitos políticos de voto universal, que era, para Weber, inconciliável com as tendências de desenvolvimento da política alemã.

Max Weber configurou como ponto de partida de sua interpretação a situação alemã e o legado de Bismarck. Neste contexto, dentro da Alemanha, o principal resíduo de dominação de Bismarck consistia na existência de um funcionalismo burocrático de Estado: uma democracia sem liderança, a qual não se configurava em nenhum avanço sobre a situação presente da hegemonia política de uma classe condenada e em declínio. A unificação da Alemanha tinha sido conquistada pela afirmação do poder militar prussiano em face de outras nações européias de maior grandeza. Assim, transformada em uma sociedade burguesa, a Alemanha não teria condições históricas de seguir os mesmos passos de desenvolvimento político tanto da Inglaterra quanto dos Estados Unidos. Para Weber, existia um contraste explícito entre as circunstâncias históricas da Alemanha e a dos Estados Unidos. A Alemanha estava numa posição que lhe permitiu manter o esplendor de sua velha cultura.

Em contraste com os sociólogos do mesmo período, os quais enxergavam o Estado-Nação moderno, em princípio, como uma instituição moral, Weber sustentava a idéia de que o Estado poderia reivindicar, inclusive pelo uso da força, uma área territorial definida. Isso porque ele concebia o Estado moderno como uma associação compulsória com uma base territorial e monopolizada dentro de

seus limites, o controle legítimo do uso da força. Assim, o caráter político de qualquer grupo que fosse, só poderia ser definido em termos do seu monopólio da disponibilidade da força, a qual é muito mais um meio do que um fim em si mesma.

A concepção organizacional de um Estado racional-legal, na concepção weberiana, foi aplicada para gerar um paradigma geral da progressão da divisão do trabalho no capitalismo moderno. A aplicabilidade deste esquema, medida pela concepção de burocratização, acabava por expressar mais uma vez, definitivamente, o caráter independente do político quando comparado ao caráter econômico. Weber não constrói seu pensamento através da negação da dominação de classes, com um capitalismo moderno envolvido em emergências de um sistema de classes baseado no capital e no trabalho assalariado; mas, não concebia essa noção de relação "capital x trabalho" como o eixo estruturante principal de sua teoria, assim como o era para Marx, entendido como uma crescente diferenciação de uma divisão social do trabalho que acompanhou o avanço do capitalismo. Em vez de generalizar a partir do econômico para o político, Weber generalizou a partir do político para o econômico, tendo a especialização da burocracia de tarefas como o mais integral dos feitos do capitalismo.

Max Weber rejeitava a concepção de que as expropriações do trabalho em relação aos meios de produção pudessem ser confinadas apenas à esfera econômica, acrescentando que qualquer forma de organização que tivesse uma hierarquia de autoridade poderia vir a se sujeitar a um processo de expropriação do capital e do trabalho. No Estado Moderno, funcionários especializados, com base na divisão do trabalho, foram expropriados da posse de seus meios de administração.

Nesse ponto de análise, o desenvolvimento político da Alemanha acabava por reencontrar sua concepção geral de crescimento do capitalismo ocidental e das prováveis conseqüências da emergência das sociedades socialistas na Europa. No caso específico do desenvolvimento político da Alemanha, tratava-se do legado de Bismarck, o qual teria levado a Alemanha a uma ação burocratizante fortemente centralizada, sem que fosse complementada por uma ordem institucional capaz de gerar uma liderança política independente, como demandavam as tarefas da nação.

A análise de Weber sobre as estruturas políticas da Alemanha possuía uma preocupação de inter-relação entre três elementos centrais:

1. a posição tradicionalmente estabelecida dos proprietários de terra "feudais" (os *Junker*);
2. a tendência à "dominação burocrática incontrolada" pelo funcionalismo de Estado;

3. a carência de lideranças políticas, que se vinculava a cada um desses fatores.

Esses três elementos são constitutivos de sua reflexão no âmbito mais geral da sociologia política construída por Weber, dada em sua tipologia da dominação tradicional e legal.³

Esta análise se deu porque, segundo Weber, as circunstâncias históricas da Europa Ocidental eram únicas e incentivavam o desenvolvimento do Estado racional, com seus funcionários especializados, sendo esta uma das maiores condições, entre outras possibilidades, a facilitar a ascensão do capitalismo moderno no Ocidente.

O caso da Alemanha, não obstante, demonstrava que o crescimento do Estado racional não era, de forma alguma, condição suficiente para a emergência do capitalismo moderno. Isso porque na Alemanha se instalou um Estado burocrático com uma direção específica, para a qual o Estado foi canalizado sob o comando de Bismarck, que levara o país às mãos de políticos profissionais, preocupados apenas com seus interesses particulares e os de seu grupo da elite dominante, e não com o bem comum de maneira geral.

Em seus estudos sobre as sociedades ditas civilizadas, Weber afirmava que alguns indivíduos acabaram por assumir posições influentes e de poder, mas não estavam na preeminência do serviço ao rei e ao povo; não eram líderes carismáticos, estavam apenas a serviço de uma elite controladora. Eram políticos devotados a vários segmentos de poder que não o do rei, reconhecendo apenas a legitimidade de princípios legais impessoais. Acontecendo na Europa, independente do espaço e do tempo, tal processo de poder acabou por desencadear uma luta pelo poder entre o rei e os seus subalternos mais diretos, administradores que se desenvolviam em suas cortes.

O Estado moderno se constituiu numa organização social, formando suas classes de funcionários: o primeiro grupo é o dos "administradores" e o outro grupo, o dos "políticos". A discussão que Weber quer estabelecer neste contexto de modernidade em que a Alemanha vive consiste em uma análise reflexiva sobre as relações carismáticas de liderança que ora se impõem ora se estabelecem.

Weber estabelecia uma diferença técnica entre os dois tipos de funcionários. O primeiro, o funcionário administrativo, era burocrático e tinha que desempenhar suas funções dentro de uma relação de imparcialidade. Já o segundo grupo, o funcionário político, ao contrário, deveria ser situado frente às questões que lhe eram impostas, tomando mão de uma posição, tentando cada vez mais ser convincente e apaixonado. A relação que se estabelecia entre estes dois grupos de funcionários dava-se na medida em que as relações e escolhas do funcionário político

deveriam se tornar instrumentos institucionalizados de normatização burocrática, passagem que se dava pela via da "rotinização" política, onde as decisões políticas se tornariam rotinas administrativas, dominadas e controladas pelo funcionário administrativo burocratizador e rotinizante.

Nesse sentido, em especial no caso da Alemanha, para Weber havia uma completa carência de lideranças carismáticas políticas, enquanto o funcionário político tinha uma força carismática e ideológica de poder que se confrontava com a força burocrática do funcionário administrativo, tendo como mediador de forças o processo de rotinização. Com a falta de políticos carismáticos, havia um descompasso nesse processo de equilíbrio, dando forças cada vez mais preponderantes às formas de administração cotidiana, o que conforma as relações temporais cada vez mais burocráticas e burocratizantes.

Tal conjuntura social só se desconstruía mediante as imposições de forças sociais e políticas de novas ações e obrigações. Em nome deste equilíbrio de forças sociais e coercitivas de controle e burocratização é que o elemento carismático acaba recebendo um *status* vital na nova ordem mundial, que se torna fundamental e sem o qual o Estado não se manteria enquanto ordem democrática social, tornando-se ingovernável, ou governável em termos de grupos e/ou interesses pessoais e de grupos particulares.

Considerações finais

A questão proposta por Weber como problema político consistia na questão da falta de lideranças políticas, resultante da dominação exercida por Bismarck. A Alemanha tornara-se um "poder estatal" por meio de uma unidade forjada através de lutas com outras nações européias.

Max Weber, desde a fase inicial de sua carreira política, sempre determinou muito bem a sua opção, a qual consistia em entender os valores incorporados na herança cultural alemã como algo definido e reforçado apenas pela aceitação e crescimento do poder do Estado-Nação alemão. Enquanto a base cultural política dos *Junckers* já consistia em um grupo declinante, a responsabilidade de novas lideranças deveria surgir de outras bases políticas. A mesma base de engendramentos políticos que havia impulsionado o surgimento da base política dos *Junckers*, agora também estimulava a racionalização de uma nova ordem política.

A base sociológica de formulação desta confluência política na relação entre as bases de racionalização e mudança social consistia numa relação de contrastes entre o caráter limitado por regras da burocracia e as propriedades capazes de

criar valores próprios e carismáticos. Desta forma, a burocratização da ordem política, enquanto engendradora da conduta dos negócios humanos, acabava por elevar tais relações ao nível de eficiência técnica, não podendo gerar por si só as capacidades interagentes numa genuína liderança. Com isso, Weber acaba por vislumbrar, na noção de ordem democrática, tanto a necessidade quanto a possibilidade de criação e manutenção de elementos carismáticos necessários para uma liderança política moderna – modernizante.

O conjunto analítico weberiano consiste em uma base de governo democrático que não pode ser fundado nem medido em nenhuma concepção de lei natural, tal como a noção incorporada na teoria da democracia clássica desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX. A democracia aí é entendida como uma técnica, como um meio para se chegar a um fim.

Muitos interpretes de Weber, ao analisar a significação de seus escritos políticos, caíram em interpretações equivocadas, substanciadas sob três aspectos: 1º) Entender e comparar a construção de Weber como uma espécie de "maquiavelismo"; 2º) em relação à sua sanção do "imperialismo" alemão; e 3º) no que concerne a sua "rejeição" do liberalismo em detrimento de uma ética aristocrática nietzschiana. Weber, em nenhum de seus escritos, deixou transparecer uma intenção normativa ao expansionismo germânico. Em suas concepções políticas, o imperialismo era, sim, um meio, e não um fim em si mesmo.

Weber mantinha um vínculo forte de filiação que ele próprio sentia em relação aos anseios e aspirações dos desprivilegiados. Adotando as premissas éticas da teoria democrática, deixou transparecer em seus escritos uma reafirmação constante em defesa dos valores da autonomia pessoal do homem e dos valores morais da humanidade. Mas, no contexto de sua sociologia política, tanto as aspirações ascendentes das classes mais baixas quanto os dogmas do individualismo liberal, aos quais ele aderira, só poderiam ser promovidos pelos interesses de poder do Estado. Além disso havia de um lado, uma antinomia trágica entre os valores historicamente relacionados de igualdade e nivelamento, e de outro lado, a liberdade e a espontaneidade individuais. O crescimento da política de massas limitava-se ao grau em que os últimos valores mencionados poderiam ser realizados na ordem social contemporânea.

Weber era um homem de seu tempo, e como tal, possuía uma tremenda capacidade de linguagem, na qual se tornava inteligível para seus contemporâneos, principalmente no trato de questões de interesse de poder da nação alemã. Ele delimitou seus escritos com uma visível rejeição na ênfase de entender o Estado como uma força em si mesma, como valor último. As bases de sustentação das

lutas dos Estados-Nações se constituíam em uma ênfase de relações de poder, e os valores aí incluídos na cultura nacional desses Estados não poderiam ser considerados eticamente superiores à cultura alemã.

A base da concepção epistemológica da irracionalidade ética do mundo, rejeitando tanto o "intuicionismo" quanto o "cientificismo", acaba por fim, adotando elementos de ambos, ao elaborar uma estrutura articulada que relaciona algumas antinomias entre a racionalidade e a irracionalidade, entre a subjetividade e a objetividade.

Na consecução tipológica da dominação de Weber, essas duas esferas dão a sustentação constitutiva da concepção de carisma. O Carisma é algo irracional no sentido de ser estranho à ação normativa, sendo ainda assim uma força de criação de valor na história, a cruzar todas as diferenças nos elos carismáticos. Assim, a noção de valor se reveste de uma convicção de irracionalidade. Neste aspecto, suas categorias conceituais não guardam nenhuma relação direta com o egoísmo ou com o altruísmo, da forma como foram tradicionalmente concebidas na teoria da ética. Assim, Weber propendeu a uma conclusão de que os conteúdos dos elementos carismáticos eram irrelevantes em relação ao que ele conscientemente considerou valor último, o qual consistia no fortalecimento autônomo da cultura alemã.

O pensamento político de Weber é permeado de tensão, que dá a sua obra um caráter doloroso fortemente definido, expressando uma simpatia para com algumas das posições do liberalismo clássico e até mesmo do socialismo; constitui uma grandiosa tentativa de integração das percepções mais profundas dessas duas correntes de pensamento aparentemente incompatíveis. Suas concepções políticas tanto contribuíram para formar quanto foram formadas por essa síntese intelectual frágil e imponente, compartilhando das dualidades que incorporaram.

Uma crítica satisfatória da teoria política de Weber pode ser em si tanto política quanto intelectual, e de modo absurdo, é largamente reduzida a uma manifestação particular de "cultura burguesa" de uma Alemanha guilhermina. Por outro lado, os intérpretes "ortodoxos" de Weber defendem a visão de que suas contribuições acadêmicas para as ciências sociais devem ser isoladas de seus vínculos políticos; não obstante, essas posições obstruem uma avaliação adequada de sua obra. O trabalho de Weber expressa um contexto social e político particular no qual viveu, mas também incorpora concepções que são capazes de aplicações generalizadoras.

Referências

GIDDENS, Anthony, *Política e sociologia no pensamento de Max Weber*. In: **Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo, UNESP, 1997, p. 25 - 71.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, 12ª ed. São Paulo, Livraria Pioneira, 1997, 233 p.

WEBER, Max, *Rejeições religiosas do mundo e suas direções*. In: Max Weber, São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores, 2ª ed. 1980, p. 237 - 268.

Notas

¹ Weber explicitou essa questão nos seus escritos políticos, apontando uma conexão direta entre o luteranismo e o crescimento do Estado prussiano: "O protestantismo legitimou o Estado como instrumento da violência, como uma instituição divina absoluta e como o único poder estatal legítimo. Lutero tirou a responsabilidade ética pela guerra do indivíduo e transferiu para a autoridade do Estado; obedecer a essa autoridade em todas as questões, exceto a crença religiosa, nunca poderia gerar nenhuma culpa". In: *Gesammelte Politische Schriften*, p. 543 - 4. Uma versão diferente aparece em *From Max Weber*, p. 124.

²"(...) Subjacente a essa questão havia uma divergência de raiz mais profunda com o marxismo, que dia respeito à estrutura essencial do capitalismo e da racionalidade burguesa, e, trabalhando as implicações dessa perspectiva, tal como foram elaboradas nos seus estudos sobre as civilizações não européias, Weber, mais uma vez, configurou como ponto de partida sua interpretação da situação alemã e do 'legado de Bismarck'". In: GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social - encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. Unesp, São Paulo, 1995, p.45.

³ "A dominação de um estrato tende", esclareceu Weber, "porque a estrutura dos poderes feudalizados de governo é, de modo predominante e usual, patrimonial, a estabelecer limites rígidos à liberdade da atividade aquisitiva e ao desenvolvimento dos mercados". In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, v. I p. 239.